

Relatório da Administração

O Representante Legal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes. São Paulo, 15 de agosto de 2016.

Hélio Lima Magalhães - Representante Legal

Balancos Patrimoniais

Em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)		
ATIVO	Nota	2016 2015
Circulante		5.418.474 5.192.858
Disponibilidades	4	993 88
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	3.775.407 3.152.805
Aplicações em operações compromissadas		133.389
Aplicações em depósitos interfinanceiros		3.006.758
Aplicações em moedas estrangeiras		97.827 12.658
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		437.497 334.368
Instrumentos financeiros derivativos	7	98.432 37.209
Vinculados a prestação de garantias	6	339.065 297.159
Relações interfinanceiras		1.144.843 1.607.306
Depósitos no Banco Central		61
Correspondentes no País	25	1.144.843 1.607.245
Operações de crédito	8	8.650 50.175
Operações de crédito - Setor privado		8.650 50.179
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(204)
Outros créditos		49.444 46.487
Receitas a receber		10.141 2.426
Crédito tributário	9	38.030 25.648
Diversos	10	1.273 18.413
Outros valores e bens		1.640 1.629
Despesas antecipadas		1.640 1.629
Não circulante		428.798 480.138
Realizável a longo prazo		398.566 449.798
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		46.429 69.109
Instrumentos financeiros derivativos	7	46.429 69.109
Outros créditos		352.137 380.689
Crédito tributário	9	77.390 122.891
Diversos	10	274.747 257.798
Permanente		30.232 30.340
Investimentos	11	1.537 1.562
Outros investimentos		1.537 1.562
Imobilizado de uso	12	28.695 28.778
Imóveis de uso		66.196 66.197
Gastos de organização e expansão		52.455 52.428
Outras imobilizações de uso		14.770 14.857
(Depreciações acumuladas)		(104.726) (104.704)
Intangível		4.382 4.382
Ativos intangíveis		4.382 4.382
(Amortizações acumuladas)		(4.382) (4.382)
Total do ativo		5.847.272 5.672.996

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO		
Circulante	Nota	2016 2015
Circulante		3.382.497 3.623.119
Relações interdependências		84.905 59
Recursos em trânsito de terceiros		84.905 59
Obrigações por empréstimos		- 81
Empréstimos no exterior		- 81
Obrigações por repasses do exterior		1.697.099 1.641.082
Repasses do exterior	14	1.697.099 1.641.082
Instrumentos financeiros derivativos	7	323.137 74.948
Instrumentos financeiros derivativos		323.137 74.948
Outras obrigações		1.277.356 1.906.949
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		28 96
Sociais e estatutárias		- 200.612
Fiscais e previdenciárias	15	100.408 74.970
Diversas	16	1.176.920 1.631.271
Não circulante		87.187 133.753
Instrumentos financeiros derivativos	7	46.429 68.829
Instrumentos financeiros derivativos		46.429 68.829
Outras obrigações		40.682 64.738
Fiscais e previdenciárias	15	414 393
Diversas	16	40.268 64.355
Resultados de exercícios futuros		76 186
Resultados de exercícios futuros		76 186
Patrimônio líquido	18	2.377.588 1.916.124
Capital social		1.258.549 1.057.700
Reserva de capital		- 249
Reserva de lucros		1.011.058 693.506
(Ajustes de avaliação patrimonial)		(3.166) (6.660)
Lucros acumulados		111.147 171.329
Total do passivo		5.847.272 5.672.996

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)		
	Nota	2016 2015
Receitas da intermediação financeira		(153.978) 152.635
Operações de crédito	8.g	(3.795) 30.647
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		259.340 145.408
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	(406.668) (25.170)
Resultado de operações de câmbio		(2.855) 1.750
Despesas da intermediação financeira		338.671 (8.714)
Operações de empréstimos e repasses		338.671 (8.511)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.f	- (203)
Resultado bruto da intermediação financeira		184.693 143.921
Outras receitas/(despesas) operacionais		28.762 108.543
Receitas de prestação de serviços	19	45.265 41.788
Despesas de pessoal		(3.305) (4.842)
Outras despesas administrativas	19	(15.507) (13.316)
Despesas tributárias		(15.858) (10.883)
Outras receitas operacionais	20	27.850 102.964
Outras despesas operacionais	20	(9.683) (7.168)
Resultado operacional		213.555 252.464
Resultado não operacional		1.827 1.697
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		215.272 254.161
Provisão para imposto de renda e contribuição social	22	(9.820) (73.806)
Provisão para imposto de renda		(44.456) (32.284)
Provisão para contribuição social		(35.574) (19.377)
Ativo fiscal diferido		(18.248) (22.145)
Participações no lucro - Empregados		116.997 180.346
Lucro líquido		116.997 180.346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)		
	Nota	2016 2015
Atividades operacionais		116.997 180.346
Lucro líquido		116.997 180.346
Ajustes ao lucro líquido		12.967 (49.621)
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa		(5.320) 72.03
Provisão para contingência	17.b	(39)
Amortização e depreciação	20	39 85
Imposto diferido		18.248 22.145
Variações em ativos e passivos		15.798 1.620.330
Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		293.646 32.111
Redução em repasses interfinanceiros e interdependências		471.839 137.856
Redução em operações de crédito		30.201 122.365
Redução em outros créditos		29.465 15.198
Redução(aumento) em outros valores e bens		(989) (442)
(Redução/aumento) em obrigações por empréstimos e repasses		(347.809) 1.449.656
(Redução) em outras obrigações		(460.481) (196.054)
(Redução) em resultado de exercícios futuros		(74) (360)
Caixa líquido originado em atividades operacionais		145.762 1.751.055
Atividades de investimento		24 -
Alienações de investimentos		24 -
Caixa líquido originado em atividades de investimentos		24 -
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		145.786 1.751.055
Modificações na posição financeira		3.630.614 1.401.838
Início do período		3.776.400 3.152.893
Fim do período		7.407.014 4.904.731
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		145.786 1.751.055

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)		
	Nota	2016 2015
Saldos em 31 de dezembro de 2014		1.057.700 -
Lucro líquido		- -
Destinações:		- -
Reservas	18.b	- -
Saldos em 30 de junho de 2015		1.057.700 -
Saldos em 31 de dezembro de 2015		1.258.549 -
Lucro líquido		- -
Destinações:		- -
Reservas	18.b	- -
Saldos em 30 de junho de 2016		1.258.549 -

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

1 | Contexto operacional

O Citibank, N.A. - Filial Brasileira (Entidade) é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank no Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiros e de capitais. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto. A Entidade atua no Brasil e tem por objetivo social a prática de todas as operações permitidas aos Bancos Comerciais, inclusive as de câmbio.

2 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Entidade em 15 de agosto de 2016.

3 | Principais práticas contábeis
a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas posição bancada, às aplicações em depósitos interfinanceiros contratadas com prazo inferior a 90 dias e aplicações em moedas estrangeiras.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001;

ii. **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; e

iii. **Títulos disponíveis para venda** - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos públicos são apurados segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge).

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos auferidos e encargos decorridos.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa referente a operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, considerando-se a classificação das operações de crédito e de outros créditos em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída.

A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias envolvidas.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (write-offs) são efetuadas após decorridos 6 meses contados a partir da classificação no rating B, desde que apresentem atraso superior a 180 dias.

h) Permanente
i. Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de custo.

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações.

j) Redução do valor recuperável de ativos (Impairment)

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, e
- Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

k) Obrigações por repasses no exterior

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25.

m) Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pois a entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a Justiça do Trabalho a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo.

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com valores inferiores a R\$300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perdas histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses, acrescidos dos juros desde a data de ajuizamento/citação mensalmente.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte: No ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. Referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdidas quando da sentença em primeira instância adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito à incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobremaneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas a revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido. As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

l) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o Imposto de Renda.

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/15, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras de 15% para 20%.

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Nível de Risco	Saldo da carteira				Saldo da provisão			
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da carteira	%	Nível de provisão normal	Vencidos > 14 dias	Total da provisão	%
AA	41.334	-	41.334	82,05	-	-	-	-
B	1.223	2.136	3.359	6,67	1,00%	(12)	(21)	(33)
C	5.681	-	5.681	11,27	3,00%	(170)	-	(170)
D	5	-	5	0,01	10,00%	(1)	-	(1)
Total	48.243	2.136	50.379	100,00		(183)	(21)	(204)

d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento		2016	2015
Vencidos há mais de 14 dias		5.817	2.136
A vencer até 90 dias		2.833	44.184
De 91 a 360 dias		8.650	4.059
Total		17.299	50.379

e) Composição da carteira de crédito por concentração		2016	2015
10 maiores devedores		7.872	91,01
20 seguintes maiores devedores		778	8,99
Demais devedores		8.650	100,00
Total		17.299	100,00

f) Movimentações à conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa		2016	2015
Saldo em 31/12/2015		132	41
Recuperação de créditos baixados como prejuízo		132	41
Reversões/(Constituições)		-	-
Créditos baixados como prejuízo		-	-
Saldo em 31/12/2016		264	82

g) Composição do resultado de operações de crédito		2016	2015
Financiamentos		(3.927)	30.606
Recuperação de créditos baixados como prejuízo		132	41
Total		(3.795)	30.647

9 | Créditos tributários

a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda		2016	2015
Saldo em 31/12/2015		75.316	56.258
Prejuízo fiscal		75.316	56.258
Total		150.632	112.516

b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
Saldo em 31/12/2015		69.101	59.162
Base negativa de contribuição social		69.101	59.162
Total		138.202	118.324

c) Realização de crédito tributário de imposto de renda		2016	2015
1 ano		19.690	25.316
2 anos		19.690	25.316
3 anos		19.690	25.316
4 anos		19.690	25.316
5 anos		19.690	25.316
Total		98.050	126.836

d) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		18.340	23.073
2 anos		18.340	23.073
3 anos		18.340	23.073
4 anos		18.340	23.073
5 anos		18.340	23.073
Total		91.704	115.568

e) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		9.723	10.479
2 anos		9.723	10.479
3 anos		9.723	10.479
4 anos		9.723	10.479
5 anos		9.723	10.479
Total		48.915	56.335

f) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		15.925	17.163
2 anos		15.925	17.163
3 anos		15.925	17.163
4 anos		15.925	17.163
5 anos		15.925	17.163
Total		77.625	85.818

g) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		15.925	17.163
2 anos		15.925	17.163
3 anos		15.925	17.163
4 anos		15.925	17.163
5 anos		15.925	17.163
Total		77.625	85.818

h) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		9.723	10.479
2 anos		9.723	10.479
3 anos		9.723	10.479
4 anos		9.723	10.479
5 anos		9.723	10.479
Total		48.915	56.335

i) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		9.723	10.479
2 anos		9.723	10.479
3 anos		9.723	10.479
4 anos		9.723	10.479
5 anos		9.723	10.479
Total		48.915	56.335

j) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		9.723	10.479
2 anos		9.723	10.479
3 anos		9.723	10.479
4 anos		9.723	10.479
5 anos		9.723	10.479
Total		48.915	56.335

k) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		9.723	10.479
2 anos		9.723	10.479
3 anos		9.723	10.479
4 anos		9.723	10.479
5 anos		9.723	10.479
Total		48.915	56.335

l) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		9.723	10.479
2 anos		9.723	10.479
3 anos		9.723	10.479
4 anos		9.723	10.479
5 anos		9.723	10.479
Total		48.915	56.335

m) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		9.723	10.479
2 anos		9.723	10.479
3 anos		9.723	10.479
4 anos		9.723	10.479
5 anos		9.723	10.479
Total		48.915	56.335

n) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		9.723	10.479
2 anos		9.723	10.479
3 anos		9.723	10.479
4 anos		9.723	10.479
5 anos		9.723	10.479
Total		48.915	56.335

o) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		9.723	10.479
2 anos		9.723	10.479
3 anos		9.723	10.479
4 anos		9.723	10.479
5 anos		9.723	10.479
Total		48.915	56.335

p) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		9.723	10.479
2 anos		9.723	10.479
3 anos		9.723	10.479
4 anos		9.723	10.479
5 anos		9.723	10.479
Total		48.915	56.335

q) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		9.723	10.479
2 anos		9.723	10.479
3 anos		9.723	10.479
4 anos		9.723	10.479
5 anos		9.723	10.479
Total		48.915	56.335

r) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		9.723	10.479
2 anos		9.723	10.479
3 anos		9.723	10.479
4 anos		9.723	10.479
5 anos		9.723	10.479
Total		48.915	56.335

s) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		9.723	10.479
2 anos		9.723	10.479
3 anos		9.723	10.479
4 anos		9.723	10.479
5 anos		9.723	10.479
Total		48.915	56.335

t) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		9.723	10.479
2 anos		9.723	10.479
3 anos		9.723	10.479
4 anos		9.723	10.479
5 anos		9.723	10.479
Total		48.915	56.335

u) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		9.723	10.479
2 anos		9.723	10.479
3 anos		9.723	10.479
4 anos		9.723	10.479
5 anos		9.723	10.479
Total		48.915	56.335

v) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		9.723	10.479
2 anos		9.723	10.479
3 anos		9.723	10.479
4 anos		9.723	10.479
5 anos		9.723	10.479
Total		48.915	56.335

w) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		9.723	10.479
2 anos		9.723	10.479
3 anos		9.723	10.479
4 anos		9.723	10.479
5 anos		9.723	10.479
Total		48.915	56.335

x) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		9.723	10.479
2 anos		9.723	10.479
3 anos		9.723	10.479
4 anos		9.723	10.479
5 anos		9.723	10.479
Total		48.915	56.335

y) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		9.723	10.479
2 anos		9.723	10.479
3 anos		9.723	10.479
4 anos		9.723	10.479
5 anos		9.723	10.479
Total		48.915	56.335

z) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		9.723	10.479
2 anos		9.723	10.479
3 anos		9.723	10.479
4 anos		9.723	10.479
5 anos		9.723	10.479
Total		48.915	56.335

aa) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		9.723	10.479
2 anos		9.723	10.479
3 anos		9.723	10.479
4 anos		9.723	10.479
5 anos		9.723	10.479
Total		48.915	56.335

ab) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016	2015
1 ano		9.723	10.479
2 anos		9.723	10.479
3 anos		9.723	10.479
4 anos		9.723	10.479
5 anos		9.723	10.479
Total		48.915	56.335

ac) Realização de crédito tributário de contribuição social		2016</
---	--	--------

Citibank, N.A. - Filial Brasileira

CNPJ nº 33.042.953/0001-71

...Continuação **Comitê de Auditoria**

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e o relatório da auditoria externa;
- (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
- (iii) avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 7 vezes no período de 1º de janeiro de 2016 à 15 de agosto de 2016, onde desenvolveu as seguintes atividades:

- a. Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.
- b. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.
- c. Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e nº 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos.
- d. Em atendimento a Resolução nº 4.433/15, do Conselho Monetário Nacional - CMN, no período, o Comitê de Auditoria analisou:

- (i) Os relatórios quantitativos e qualitativos sobre a atuação da área de Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank;
- (ii) O relatório do Diretor Responsável pela Ouvidoria e no que se refere as atividades desenvolvidas pela Ouvidoria

Em sessão realizada em 15 de agosto de 2016, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do parecer sobre as Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2016, (ii) dos assuntos de destaque do período, e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2016.

São Paulo, 15 de agosto de 2016
Comitê de Auditoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Administradores e à Diretoria do
Citibank, N.A. - Filial Brasileira
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Citibank, N.A. - Filial Brasileira (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base

em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Citibank, N.A. - Filial Brasileira em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 15 de agosto de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8